

## **Ensino Fundamental II**

### **Projeto “Eu Com”**

A proposta educacional do Colégio Nacional, consolidada no Projeto “Eu Com”, leva em consideração o alcance dos objetivos propostos em Lei para o Ensino Fundamental II, mas aponta a necessidade de observação das características diferenciadas, não só, do sistema de ensino: regência por professor generalista, tempo didático organizado por modalidades organizativas, ensino interdisciplinar, para alunos do Ensino Fundamental I versus regência por especialistas das diversas áreas do conhecimento; tempo didático organizado em função da grade curricular; ensino disciplinar; para alunos do Ensino Fundamental II. As características individuais dos alunos e familiares também sofrem alterações significativas: crianças com pais presentes e seguidores do desempenho escolar dos filhos, no Fundamental I versus adolescentes com pais num nível mais ausente de participação e pouco acompanhamento do desempenho escolar no Ensino Fundamental II.

O Programa “Tem Jeito Sim”, defende que um sujeito que se articula de forma proativa com os objetos do conhecimento está propenso a participar ativamente de uma comunidade responsável, igualitária e sustentável. Leva em consideração o alcance dos objetivos propostos em Lei para o Ensino Fundamental de nove anos, destacando as necessidades e características diferenciadas para os alunos dos anos iniciais (1º ao 5º) e para alunos dos anos finais (6º ao 9º).

O Programa “Tem Jeito Sim”, por meio do Projeto “Eu Com”, tem como objetivo a construção do sujeito social, promovendo a indicação de intervenções necessárias à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos inseridos na escola. A construção desse sujeito planetário, que se vê como parte constituinte da natureza e, portanto, exercendo papel fundamental na conservação e preservação desse meio, é princípio máximo do projeto educacional comprometido com o ciclo da vida humana. Entende que as competências e habilidades são desenvolvidas a partir da ressignificação das experiências vividas, compreende que o espaço de interação e relacionamento oferecido pela escola é fundamental para desenvolvimento da inteligência relacional propõe um espaço educacional que propicia acolhimento e interação para o

desenvolvimento da autonomia moral e intelectual dos alunos assim como a tomada de consciência sobre os aspectos sociais psicossociais, linguísticos e éticos.

Deixar de ser criança e ao mesmo tempo não ser adulto (característica dos alunos desse ciclo escolar) traz dificuldades para encontrar o eixo nas atitudes e procedimentos de alunos, pais e professores. Uma educação pautada na singularidade humana precisa considerar que o processo evolutivo se dá por meio de práticas que auxiliam o adolescente na tomada de decisão e na superação das dificuldades, bem como, orienta professores e pais no processo de intervenção.

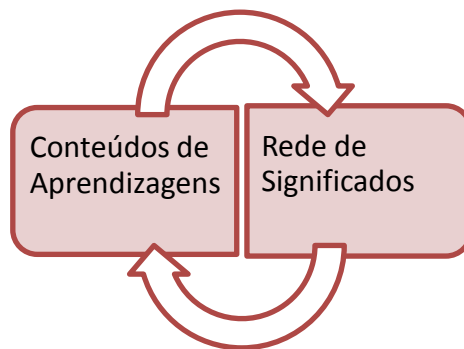
Nessa etapa tão importante da vida humana, as brincadeiras infantis desaparecem e passa a ganhar força o grupo de amigos, a “tribo” em que o jovem necessitará estar imerso. Aparece a transformação física, a necessidade de rompimento com a identidade dos pais na busca pela edificação da própria identidade, surge o relacionamento amoroso e aflora a sexualidade. A competição e a necessidade de afirmação trazem para os jovens momentos de angústia, insegurança e muita dificuldade com as relações intra e interpessoais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê para os alunos do Ensino Fundamental II, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades; a formação de atitudes e valores; e finalmente o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Essa tarefa nada fácil da escola, esbarra numa questão crucial para estudantes, pais e professores: qual o limiar entre deixar de ser criança e se tornar adulto? Quais procedimentos sinalizam esse rito de passagem? Como transformar indivíduos heterônomos em indivíduos autônomos sem o necessário tempo para essa transformação?

A dificuldade para encontrar esse eixo nas atitudes e procedimentos tanto dos alunos, quanto de pais e professores, obriga os educadores a uma tomada de decisão, um olhar atento sobre os processos de maturidade e a busca por uma educação pautada nas singularidades humanas. Os professores precisam considerar os processos evolutivos;

desenvolver práticas metodológicas que instiguem o protagonismo juvenil: a tomada de decisão, a proposição de ideias, a superação das dificuldades. Deve orientar pais e familiares sobre as possíveis intervenções que auxiliarão na construção da autonomia.

Em função dos pressupostos apresentados pela legislação, torna-se urgente a reorganização curricular, pois os conteúdos de aprendizagem devem ser abordados de forma a tecer uma rede de significados.



O olhar interdisciplinar deve romper com a fragmentação dos objetos de conhecimento nas diversas áreas e propor uma articulação das disciplinas em seu conjunto e entre si. O estabelecimento de intercomunicação entre as disciplinas favorece a análise horizontal e vertical dos conteúdos de aprendizagem, e, dessa forma, propicia aos alunos a apropriação gradual, processual e sistêmica dos conceitos e fenômenos.

Os caminhos apontados não podem ser os únicos e as possibilidades são infinitas. Os modelos lineares de organização curricular, o “acúmulo” de conhecimentos, a primazia dos conteúdos de aprendizagens conceituais e factuais em detrimento dos conteúdos de aprendizagens procedimentais e atitudinais, precisam ser revistos.

A construção do conhecimento estabelecido por meio de redes e de conexões entre disciplinas favorece o olhar ampliado sobre o objeto de estudo e um movimento

de complementação e compensação da fragmentação a que o estudo das Ciências tem sistematicamente conduzido.

Um aluno, com olhar interdisciplinar, que recorre às várias estratégias disponíveis, que explora as diversas possibilidades e que pensa de forma articulada os diversos saberes, trará indícios inquestionáveis sobre a qualidade de um projeto que busca autonomia intelectual e moral dos sujeitos envolvidos no ato de aprender. “Eu Com Ele” na construção de uma comunidade escolar responsável, pró ativa, igualitária e sustentável, requer o processo de vinculação ativa desses sujeitos aos objetos do conhecimento – sobre os quais eles dedicam sua atenção – e a consequente construção de sentido (VASCONCELOS, 2005).

Dominar a norma culta da língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica; construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, de produções tecnológicas e de manifestações artísticas; selecionar, organizar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema; relacionar informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente; e finalmente recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (Exame Nacional do Ensino Médio) – devem ser competências desenvolvidas desde Ensino Fundamental II.

Atendendo ao objetivo primeiro da Lei 9394/96, no Ensino Fundamental II, a leitura e a escrita em todas as áreas será uma prioridade, uma estratégia metodológica que aprimorará a competência leitora e escritora e ao mesmo tempo possibilitará a construção de sentido sobre o que se vê, lê, escreve e escuta. O que os alunos sabem sobre os temas tratados pelos professores, o que querem aprender ou demonstram interesse em aprender com os textos, os gêneros textuais escolhidos para cada ano do ciclo, as esferas de circulação desses gêneros, os vários portadores onde os textos estão inseridos, as competências necessárias a um bom leitor e os propósitos comunicativos serão conteúdos de ensino. Os conteúdos de aprendizagem, imersos nos diversos gêneros textuais, circulam em várias esferas e são utilizados para vários propósitos

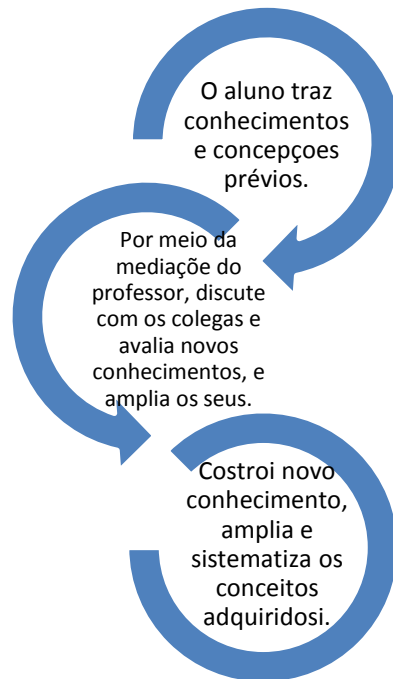
comunicativos: ler para aprender, ler para ampliar seus conhecimentos, ler por prazer; escrever para guardar suas memórias, informar alguém próximo, publicar ideias e pensamentos.

Os alunos, ao término do Ensino Fundamental II, estarão preparados para o domínio da língua em diversas situações de comunicação. A leitura e a escrita com função social é ampliada e as habilidades de leitura integral dos textos - antes, durante e depois de lidos - considerados.

Os procedimentos de estudo, ferramentas importantíssimas no desenvolvimento da competência leitora e escritora, são adotados pelos professores como objeto de ensino. O grifo, os esquemas, as anotações etc., auxiliam os alunos na tarefa de compreensão e apropriação do sentido dos textos.

A compreensão do ambiente natural e social e dos valores em que se fundamenta a sociedade, assim como o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos, são objetivos desenvolvidos no Ensino Fundamental II por meio de situações de aprendizagem que: instiguem os conflitos cognitivos, permitam a argumentação, respeitem os conhecimentos prévios, promovam a inclusão e principalmente propiciem a autonomia e o protagonismo juvenil.

A construção do conhecimento pautada nessa visão dialética proporciona, aos professores e aos alunos, a investigação das questões importantes que merecem ser discutidas em sala de aula. A problematização surgida das diversas contradições instiga a curiosidade dos alunos, movendo-os para uma tomada de decisão, para a pesquisa e para o levantamento de dados. As sistematizações parciais do conhecimento permitem o despertar do desejo de avançar na busca pelo aprofundamento dos fatos e conceitos e oportunizam a apreensão crítica e a possibilidade de atuação a partir da realidade. Assim, os projetos de trabalho, fundamentais na articulação das propostas e na garantia de uma aprendizagem significativa, são estratégias metodológicas que garantem a atuação e a participação efetiva dos alunos e professores. Essas estratégias de ensino (intervenções) favorecerão a mudança e a promoção dos alunos a uma melhor mestria dos gêneros e das situações de comunicação que lhes correspondem (DOLZ, 2004).



As atividades de linguagem serão interface entre o sujeito e o meio e responderão a um motivo geral de representação-comunicação (LÉONTIEV, 1983).

A leitura e a escrita com função social será ampliada e as habilidades de leitura integral dos textos (antes, durante e depois de lidos) considerada. Os gêneros (SCHNEUWLY E DOLZ, 1996) do:

- a) narrar: conto, fábulas, contos de fada, narrativa de aventura, narrativa de ficção, narrativa científica, romance, romance histórico, romance policial, crônicas, lendas, histórias de aventuras, causos, piadas e outros;
- b) relatar: diários, relatos de experiências, testemunhos, autobiografias, biografias, notícias, reportagens, crônicas jornalísticas, relatos históricos, depoimentos, inventários, relatórios e outros;
- c) argumentar: diálogos, cartas, carta de reclamação, carta de petição, carta de repúdio, debate, editorial, ensaio, resenha, tese, artigos, dissertações e outros;
- d) expor: seminários, conferências, verbetes de dicionários, texto argumentativo, tomada de notas, resumos, relato de experiências e outros;
- e) instruir ou prescrever: receitas, instruções de uso, instrução de montagem, regras de jogo, bula de remédios, regimentos, estatutos, constituições, manifestos, avisos, convocações e outros,

serão utilizados nas diversas áreas do conhecimento juntamente com os conteúdos de aprendizagem.

O trabalho da equipe docente em um projeto interdisciplinar requer que todos os envolvidos se relacionem de forma interdependente. A diversidade de pontos de vista, a variabilidade dos contextos, a formação docente disciplinar, a supremacia de algumas áreas sobre outras ou mesmo a vaidade humana, requer a apropriação, o desenvolvimento e aprimoramento da competência relacional.

Nas atividades diárias de sala de aula, o professor assume o papel de interventor e mediador dos processos através do intercâmbio entre as pessoas. Deve considerar as dimensões disciplinares e interdisciplinares dos conteúdos de aprendizagem, focar na leitura e na escrita como responsabilidade de todas as áreas e instigar o uso das tecnologias. Deverá também localizar as dificuldades dos alunos e auxiliá-los na superação por meio de intervenções adequadas. O contrato didático que determina, explícita ou implicitamente, o que compete a cada um, professor e aluno, no processo de ensino e de aprendizagem, gerencia como cada um age diante do outro e do saber.

O acompanhamento do rendimento escolar aponta os alunos que estão (ou não) se aproximando das expectativas de aprendizagem e a análise, feita pelos professores, indica as ações de aprofundamento ou intervenção necessárias.



As metodologias de ensino, a didática, os conteúdos de aprendizagem (factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais), os processos avaliativos e os projetos (que podem ser desenvolvidos em modalidades organizativas ou não) devem propor atividades que ajudem os alunos na exposição de ideias, na argumentação e na mediação de conflitos, considerando o adolecer em todas as suas fases e circunstâncias.



O aluno deve participar da aula trazendo seus conhecimentos, concepções, interesses, preocupações e desejos, pois tem autonomia para pensar sobre uma realidade. No desenvolvimento da autonomia, o professor deve estar ciente do seu papel de coordenador das discussões, de gerenciador de conflitos, de formulador de boas perguntas e, principalmente, de articulador das ideias. Deve estar atento às respostas dos alunos, argumentando, discutindo, comparando, traçando intervenções para realidades limitadoras.

O processo avaliativo, fruto do processo gradativo de construção do saber, será instrumento de verificação da necessidade de intervenção pelo professor e instrumento de validação das competências e habilidades pelos alunos.

O objetivo de uma avaliação segundo Scriven (1989) é julgar o mérito de alguma coisa, enquanto a função da avaliação é uma ação sobre esse julgamento.



A avaliação formativa (1ª função) consiste no fornecimento de informações que serão utilizadas pelos professores para a escolha de intervenções competentes durante todo o processo de aprendizagem dos alunos, enquanto a avaliação somativa (2ª função), refere-se às informações colhidas no processo final das aprendizagens.

Ambas as funções apontam quais competências e habilidades ainda não foram adquiridas pelos alunos para que o professor trace as intervenções que garantirão essas aquisições. Tanto as avaliações formativas quanto as avaliações somativas dependem do estabelecimento de critérios comuns (valores) e do discernimento empregado pelos educadores, os quais, por meio de metodologias de ensino que considerem os processos ativos de construção do conhecimento (aprendizagem), devem empregar a avaliação (formativa ou somativa) como meio de acompanhamento do processo ensino aprendizagem e não como produto desse ensino. A análise do produto no processo (Vasconcelos1989) permite uma reflexão sobre a prática de sala de aula: a conduta dos alunos, o redimensionar dos conteúdos, a escolha das metodologias e o desenvolvimento das sequências didáticas.

Os projetos educativos, fundamentais na articulação das propostas e na garantia de uma aprendizagem significativa, serão estratégias metodológicas que garantirão a atuação e participação efetiva dos alunos.

O Colégio Nacional, espaço vivo de interação, propicia situações onde a cidadania possa ser exercida e apreendida. Postula que o desenvolvimento da autonomia e a participação valorizam as experiências prévias dos sujeitos, leva em consideração as dificuldades dos aprendizes, possibilita a tomada de decisão, desenvolve a capacidade de fazer escolhas além de auxiliar na determinação de objetivos e metas. Defende a autonomia do aluno frente à construção do conhecimento que se traduz por “aprender a conhecer” – que indica o interesse e a abertura para o conhecimento; “aprender a fazer” – que denota a coragem de executar, de correr riscos, de errar na busca por acertar; “aprender a conviver”- que traz o desafio da convivência, apresenta o respeito a todos e o exercício da fraternidade como caminho do entendimento e, finalmente, “aprender a ser” – que explicita o papel do cidadão focado no bem comum e o verdadeiro objetivo de viver em sociedade.